

Manifesto do PPRI

O chavismo continua sob ataque do imperialismo. O governo nacionalista-burguês demonstra-se cada vez mais impotente para combater de fato a ofensiva dos EUA. Essa tarefa democrática recai inteiramente nas mãos do proletariado que deve se erguer na direção política da nação oprimida, conquistando sua independência de classe e erguendo seu programa e estratégia anti-imperialista e anticapitalista.

A DEFESA DO DIREITO DAS MASSAS NACIONAIS OPRIMIDAS DA VENEZUELA A DECIDIREM SOBRE TODOS OS ASSUNTOS INTERNOS DE SEU PAÍS EXIGE ORGANIZAR E DESENVOLVER A LUTA DE CLASSES

 Passou quase um mês desde o ataque militar e sequestro do presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, e da deputada Cilia Flores. O golpe de estado realizado pelo imperialismo norte-americano contra o governo nacionalista-burguês da nação oprimida se enquadra dentro das medidas de guerra travadas pelo imperialismo contra governos e países que não se submetem completamente a seus ditames e interesses. Agora mesmo se preparam as condições para a retomada da intervenção militar contra Irã visando uma mudança do regime nacionalista-burguês islâmico de formas teocráticas.

O golpe de estado realizado de fora para dentro do país enfraqueceu o governo, mas não o destruiu. Está cada vez mais claro que houve paralisia ou convivência de um setor do chavismo, mas afirmar que a cúpula chavista tenha traído Maduro é servir aos interesses do imperialismo que procura justificar seu intervencionismo. O que está claro que o governo chavista, duramente atingido e ainda perplexo pelo ataque, ensaia apresentar diversas concessões aos EUA visan-

do bloquear ou, pelo menos, retardar novos ataques. As concessões não implicam, necessariamente, a capitulação. Mas, sim favorece a ofensiva dos EUA e obriga ao chavismo a aproximar-se de negociações para evitar sua destruição.

Ficou sim absolutamente claro que o governo chavista é impotente para mobilizar as massas contra os interesses imperialistas ainda presentes no país. Não chamou a ocupar as indústrias do imperialismo e nem fez qualquer aceno para sua nacionalização imediata (sem indenização) como medidas elementares de defesa da nação oprimida sob ataque. Pelo contrário: aprovam-se medidas econômicas que favorecem (ainda que parcialmente) às empresas e investimentos privados dos EUA na indústria estatizada do petróleo. Sob cerco e ofensiva imperialista, o governo chavista faz concessões para sobreviver, visando desescalar a ofensiva norte-americana. A burguesia nacionalista e a burocracia chavista procuram uma via à negociação que não as preservará se o imperialismo decide sua derrocada.

É nesse quadro que se apresenta a completa falência do naciona-

lismo-burguês para enfrentar até o final o imperialismo, mobilizando revolucionariamente a nação oprimida. Não é por acaso que a ameaça do chavismo de mobilizar as massas para a resistência não passou de blefe. Somente as massas mobilizadas sob sua estratégia própria de poder poderão defender a nação nesta etapa crítica. Infelizmente, estão órfãs de sua direção revolucionária. Essa é a maior tragédia do povo venezuelano!

Em sua decadência, o imperialismo estadunidense desenvolve seu intervencionismo no mundo, com vistas ao enfrentamento estratégico com os estados operários degenerados, fundamentalmente a China, caracterizados na nova Estratégia de Defesa do governo estadunidense como "ameaças permanentes" a seu domínio total sobre a economia, as relações políticas e capacidades militares. Declara-se aos EUA preparados para dissuadir pela força à China, Russia e Coreia do Norte, e que não se permitirá o domínio chines na América Latina (ou de seus aliados) por questões de "segurança nacional". Isto coloca à principal potência imperialista na via das

anexações e da colonização (militar ou política) de todos os países que considere de sua exclusiva área de exploração. A retórica de não se tratar de uma estratégia militar é uma completa farsa. É um plano de guerra que rasga o direito e a legalidade burguesas erguidas logo após a Segunda Guerra Mundial. A via militar combinada à coerção econômica prepara as condições para uma III Guerra mundial que procura subjugar os estados operários degenerados e as massas.

As instituições democráticas, o direito internacional e os organismos internacionais foram jogados no lixo. A ONU e o Conselho de Segurança nada farão contra as ações dos EUA. A própria ONU deu carta branca aos EUA para colonizar a Palestina por meio de uma "junta de negócios" das burguesias cúmplices do genocídio palestino visando maximizar seus lucros sobre os ossos dos palestinos. É criminoso que Lula chame à resolução pacífica do ataque quando o imperialismo está em ofensiva militar para impor seus interesses. A defesa da democracia e das instituições somente pode servir de enganação e desvio das massas a urgente tarefa colocada pela história: a derrota do imperialismo com a guerra civil dos explorados contra seus exploradores e seus governos e agentes políticos nos estados nacionais. Não há outra forma para derrotar o imperialismo! Todo e qualquer chamado ao pacifismo e respeitar as vias institucionais servirá apenas à campanha eleitoral, mas amarra os pés e mãos das massas exploradas nacionais perante a brutal e violenta ofensiva imperialista contra as nações oprimidas!

É necessário partir dessa caracterização e de verificar a completa falência e impotência do nacionalismo-burguês para defender as nações oprimidas para ajudar às massas a romper com os chama-

mentos democratizantes e pacifistas que em nada mudarão o curso da ofensiva imperialista. Por isso, quanto mais o proletariado avance a sua independência de classe, recorra a unificação de suas ações contra os interesses norte-americanos por todo o continente, se apoie na ação direta e coletiva para ocupar fábricas e atinja diretamente as bases econômicas e políticas do imperialismo em nossos países, mais rápido se aproximarão de infringir uma derrota estratégica à ofensiva imperialista.

Trata-se então de aplicar de forma consequente e prática a tática leninista da defesa incondicional das nações oprimidas. O princípio à livre autodeterminação confere aos povos e nações o direito de a decidir sobre seus governos - ou autogoverno. A defesa principista do direito das massas das nações oprimidas a sua autodeterminação significa o exercício pleno do direito a decidirem por se mesmas, sem qualquer coação externa, as relações políticas e econômicas, bem como suas formas de governo. Trata-se de um direito democrático que deve ser plenamente garantido às massas, povos e nações oprimidas que lutam pela sua autodeterminação e soberania. Mas, ensina a história também que somente o proletariado estruturado como classe de forma independente e sob posse de seu programa e estratégia socialista pode libertar às nações oprimidas da opressão social e nacional da burguesia imperialista.

O princípio marxista-leninista-trotskista da defesa incondicional à autodeterminação das nações e povos se guia, portanto, pela defesa do direito das massas exploradas da nação oprimida a decidir sobre seus destinos, incluído ali sobre seu governo, é aplicado por meio de uma tática clara em que se defende (sob determinadas

condições e circunstâncias) estar e combater *conjunturalmente ao lado do governo* pela derrota do inimigo principal das massas na conjuntura histórica e concreta dada.

É com a unidade frentista da classe operária por cima das fronteiras nacionais sob um plano comum de reivindicações e medidas anti-imperialistas, com os métodos da luta classes, e fazendo um trabalho de propaganda e agitação revolucionária ao interior dos sindicatos e movimentos que se poderá avançar à esse caminho. Sobre a base da unificação e coesão da ação das frações do proletariado latino-americano será possível realizar uma ampla mobilização anti-imperialista. No cenário convulso e diante da impotência do nacionalismo-burguês não há como obscurecer e nem apagar o fato de que a única saída passa - e passará - pela constituição de uma Frente Única Anti-imperialista baseada na estratégia revolucionária! Entretanto, isso exige a resolução da profunda crise de direção revolucionária que impede à classe operária ser a direção política das massas na luta anti-imperialista e anticapitalista.

Os marxistas, ainda estando junto do governo conjunturalmente quando sob ataque imperialista, nunca abandonam a orientação de desenvolver o programa da revolução e ditadura proletárias, ou seja, de derrubada do governo burguês pela constituição de uma república soviética e de um estado operário. Nesse sentido, a unidade frentista anti-imperialista visa ajudar as massas a confiarem só em suas forças, em seus métodos e estratégia. E isso somente será possível quando a vanguarda abandonar a embriaguez eleitoral e democratizante, e retomar os métodos e estratégia da luta de classes, avançando na construção de seus partidos proletários revolucionários e internacionalistas. ●

Que as massas latino-americanas tomem imediatas medidas de guerra civil por todo o continente contra os interesses norte-americanos! Pela ocupação das empresas dos EUA e que todos os funcionários dessas e da embaixada sejam tomadas reféns pelas milícias operárias e populares! Erguer a Frente Única Anti-imperialista sob direção do proletariado!